

A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO HISTÓRICO NAS INTERPRETAÇÕES DE CAPITU: DE ADULTERA A SÍMBOLO DE AUTONOMIA

PATRÍCIA DOS SANTOS NÓBREGA*

* Graduada em História na Universidade Católica de Santos, em 2016 e Pós-graduada em Ensino de Filosofia para o Ensino Médio pela Universidade Federal de São Paulo.

RESUMO

O estudo apresentado pretende mostrar como as transformações sociais no decorrer do século XX, influenciaram as interpretações críticas da personagem Capitu, do livro Dom Casmurro. O trabalho pretende ainda abordar características da segunda onda feminista brasileira que ocorreu entre 1970 e 1980 e analisar como as transformações advindas com o movimento, influenciaram nas interpretações feitas pela crítica literária à personagem.

PALAVRAS - CHAVE

Crítica literária, Capitu, Dom Casmurro, Segunda Onda Feminista.

INTRODUÇÃO

O romance Dom Casmurro, de Machado de Assis, teve sua primeira publicação no ano de 1899. A ênfase da narrativa repousa na relação entre Capitu e Bentinho, um ex-seminarista que se casou com sua vizinha e amiga de infância. No início do livro os leitores são apresentados ao narrador que é o próprio personagem Bentinho em uma idade já avançada e que resolveu, por intermédio da escrita, reviver acontecimentos da mocidade.

No decorrer do livro a personalidade das personagens foram construídas por Machado de Assis de forma aprofundada e Bentinho se descreverá como ciumento em inúmeras ocasiões. Entre os diversos capítulos do livro, várias cenas de ciúmes serão descritas e este será o ponto chave do livro: a desconfiança de Bentinho sobre a suposta traição de Capitu com seu ami-

go, o comerciante Escobar. A narrativa não traz nenhuma prova que concretize a suspeita, a desconfiança do marido é suficiente para que o casamento seja arruinado e que Capitu e seu filho Ezequiel, que segundo o narrador pode ser fruto dessa traição, deixem o Brasil e se mudem para a Suíça. As interpretações do romance, afirmando ou desmentindo a suposta traição, variam de acordo com o período em que estão inseridas e podem ser utilizadas não só para compreensão das transformações da sociedade brasileira, mas também para analisar qual foi o papel da mulher ao longo do século XX.

1. A SOCIEDADE E O ADULTÉRIO FEMININO NO PERÍODO DE PUBLICAÇÃO DA OBRA

Observar as leis vigentes que tratam do adultério no período da publicação de *Dom Casmurro*, é necessário para a compreensão da organização social da época e também para analisar as estruturas do Estado em relação ao controle social.

O Decreto de nº 847, de 11 de outubro de 1890, promulgou, o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. O artigo 279 desse Código Penal, traz as seguintes resoluções (BRASIL, 1890):

art. 279. A mulher casada que cometer adultério será punida com a pena de prisão celular de um a três anos

§ 1º Em igual pena incorrerá:

1º O marido que tiver concubina teúda e manteúda;

2º A concubina;

3º O *coréo* adultero.

De acordo com o Caput do artigo 279, o adultério feminino é considerado crime e cabe a ele a pena de prisão que variava de um a três anos. Quanto ao adultério masculino, o marido só seria penalizado caso mantivesse “concubina teúda ou manteúda”. De acordo com a análise de Andrea Borelli,

deve-se observar que “ter teúda e manteúda” indicava a existência de uma mulher que era sustentada pelo homem em questão. Neste ponto, a legislação era tremendamente coerente ao punir o homem que “desviava” dinheiro de sua família constituída legalmente, para esta outra. Deve-se ter em vista que o Código Civil considerava o sustento da família uma das obrigações principais do marido e, sob esse prisma, pode-se considerar que a traição masculina só constituía, para os juristas, uma ameaça verdadeira quando colocava em risco o sustento confortável da esposa legítima e dos filhos (BORELLI, 2002, p.4).

O adultério feminino seria então um ato contra a estrutura familiar burguesa, visto que, ainda de acordo com a socióloga Maria Ângela D’Incao (2002), as mulheres depois de casadas assumiam um novo papel social, cabendo a elas demonstrar na sociedade, o nome da família e do marido, seguindo regras que eram consideradas de boa conduta. Os homens ficavam então dependentes da imagem da esposa para traduzir ao restante das pessoas, qual o seu nível social. Sendo assim, ter uma esposa infiel nesta sociedade, era uma mancha no nome da família.

No próprio romance *Dom Casmurro*, Machado de Assis trata desse assunto. No Capítulo CII, *Bentinho* descreve que *Capitu* estava impaciente para demonstrar na rua, seu novo estado,

a alegria com que pôs o seu chapéu de casada, e o ar de casada com que me deu a mão para entrar e sair do carro, e o braço para andar na rua, tudo me mostrou que a causa da impaciência de Capitu eram os sinais exteriores do novo estado. Não lhe bastava estar casada entre quatro paredes e algumas árvores; precisava do resto do mundo também (MACHADO, 2002)

Foi durante o século XIX que diversas transformações sociais e econômicas ocorreram no Brasil. Segundo a socióloga Maria Ângela D’Incão, foi nesse período em que houve a consolidação do sistema capitalista no país, a ampliação do espaço urbano, além da ascensão da burguesia ao poder, trazendo consigo a implementação de seus costumes.

As transformações espaciais justificam a inquietação de Capitu para ir à rua, pois era lá, entre seus pares sociais, que ela demonstraria seu status. É no Rio de Janeiro, onde as transformações arquitetônicas podem ser melhor observadas, visto que a cidade, principalmente após 1850, sofreu com diversas epidemias que eram agravadas devido à falta de sistemas de esgotos e de abastecimento de água.

Se no império brasileiro os limites territoriais entre privado e público eram facilmente confundidos, foi apenas no período republicano que começaram a ganhar contornos mais definidos. A inspiração em cidades europeias, como Paris, Viena e Bruxelas e a busca por contenção da massa de pobres que havia sido gerada com a abolição da escravidão, fez com que uma segregação espacial ocorresse, mantendo essas pessoas indesejadas em locais afastados das áreas nobres, fazendo com que a condição econômica influenciasse na localização da habitação das famílias. Sendo assim, a ideia de privado acaba sendo ampliada, e passa a ser controlada também pelo Estado. Consoante a Garcez Marins,

a migração das elites para bairros ao sul da cidade assegurava-lhes distância da “promiscuidade” das áreas centrais e das adjacências do palácio imperial de São Cristóvão, onde muitas residências outrora distintas haviam sido transformadas em casas de cômodos (MARINS, 2002, p.148)

É interessante observar como a palavra “promiscuidade”, no texto acima, é quase sinônimo de áreas não burguesas. As condutas sociais presentes nesses locais, na maior parte das vezes, eram consideradas imorais pela população de maior renda.

Foram as mulheres das classes mais baixas que mais sofreram com essas transformações espaciais. Não cabia a elas os estereótipos de delicadas e recatadas. Muitas delas, garantiam sozinhas o sustento de casa, e as suas formas de trabalho, na maior parte das vezes estavam ligadas a trabalhos domiciliares como, engomar, costurar e bordar. Com essas mudanças ocorridas no Rio de Janeiro, as moradias das famílias mais pobres passaram a ser cada vez mais caras e menores e cabia a mulher administrar os pequenos espaços, tanto como familiar, para a criação dos filhos, quanto como de trabalho, onde conseguiam alguma renda para complementar o sustento da casa.

As formas em que os namoros femininos ocorriam, estavam diretamente ligadas a posição social familiar da moça. Nas classes burguesas, o casamento aparece como uma estrutura de continuidade ou, então, ascensão social, fazendo com que a união envolvesse bens financeiros a serem mantidos ou conquistados. A exigência da virgindade feminina não dizia respeito apenas a uma questão moral, mas também necessária para garantir a linhagem de uma família e o sistema de herança. As moças eram então constantemente vigiadas para garantir

que seu casamento ocorresse dentro dos moldes vigentes na sociedade. Nas classes mais baixas, nota-se que a liberdade de amar, tenha sido um pouco maior do que a das mulheres burguesas. De acordo com Mary Del Priori,

O que a literatura do período informa, é que a mulher das classes baixas, ou sem tantos recursos, teve maiores possibilidades de poder amar pessoas de sua condição social, uma vez que o amor, ou expressão da sexualidade, caso levasse a uma união, não comprometeria as pressões de interesses políticos e econômicos (DEL PRIORI, 2002, p.234).

O casamento era também uma forma de distinção entre as mulheres. As mulheres pobres que não tinham dote, recorriam ao concubinato. Não eram só as questões burocráticas que afastavam a maior parte da população do matrimônio oficial, mas também a questão financeira, devido à impossibilidade do homem de exercer o papel que a sociedade exigia, o papel de mantenedor do lar, já que homens pertencentes as classes mais baixas não ganhavam o suficiente para garantir sozinho o sustento de uma família. De acordo com Rachel Soiher:

as moças brancas, mas pobres sem dotes e sem casamento, abandonavam o sobrenome da família para viver em concubinatos discretos, usando apenas os primeiros nomes. Assim, concubinas, mães solteiras ou filhas ilegítimas viviam em sua maioria no anonimato. A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos [...] Este comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade (SOIHER, 2002, p.368)

Se a virgindade antes do casamento era necessária para garantir que o sistema de heranças fosse efetivo, o adultério feminino era então, além de uma mancha no nome da família, também uma quebra no sistema de heranças, visto que, como cabia ao homem o papel de garantir o sustento da casa, poderia ele, no caso de adultério de sua esposa, sustentar um filho de outro homem. Ainda de acordo com Mary Del Priori (2005), eram poucos os homens que assumiam as crianças que eram frutos do adultério de suas esposas e nas classes menos favorecidas o adultério feminino ainda podia, corriqueiramente, acabar em crimes passionais.

O código Penal de 1890, deixava brechas para que este tipo de crime fosse cometido. No artigo 27 que tem como título “Não são criminosos”, lê-se no inciso 4º a seguinte frase: “Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime.” (BRASIL, decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, artº 27). Ou seja, a legislação abria brechas para que os crimes passionais não fossem punidos. Lavar a honra com sangue era então, juridicamente justificável a partir desse inciso, visto que a defesa do criminoso o utilizava em benefício de seu cliente. Dizia-se então que o crime havia sido cometido quando o homem estava cego de ciúmes e fúria.

A condenação sobre os crimes de adultério levavam em conta a conduta que ambos, homem e mulher tinham em sociedade. Segundo Martha de Abreu,

o padrão de honestidade estava associado ao comportamento e à conduta social. O intuito do sistema jurídico não era apenas estabelecer a verdade e determinar o autor. A conduta total dos indivíduos é que iria ou não redimi-los de um crime; não estava em questão o que definitivamente havia ocorrido, mas aquilo que acusado e ofendida eram, poderiam ser ou seriam. (MEDEIROS, 1998 apud Conceição, 2002)

Uma das características que o homem deveria ter para amenizar o impacto na hora do julgamento do crime de adultério, segundo Antônio Carlos (2002, p.82), era ter um emprego fixo. Seria então descrito como trabalhador, e no âmbito jurídico, essa característica estava associada a honestidade, a lealdade e ao respeito. Ao se tratar da mulher, a característica levada em conta na hora do julgamento recaía sobre a questão sexual. Levava-se em consideração se a mulher frequentava bailes, consumia bebidas alcoólicas, ou até mesmo se tinha o hábito de sair sozinha na rua durante a noite

Os crimes passionais estampavam quase que, diariamente, as páginas dos jornais durante as duas primeiras décadas do século XX. Um exemplo de crime passionai ocorrido na época foi o assassinato de Maria José dos Santos, aos 22 anos de idade, em 1905. O responsável por sua morte foi seu ex-namorado, Otávio Domelvírio de Alencastro, de 26 anos. Antônio Carlos (2002, p.84) traz informações desse crime que foi publicado no jornal *Diário da Bahia*, no dia 8 de janeiro de 1905. Ao observar a descrição do acontecimento feita na matéria jornalística, nota-se que havia uma tentativa de desculpabilização do assassino. A reportagem trazia a seguinte frase: “Octávio era um moço de procedimento exemplar, tendo sido levado a esse extremo por violenta paixão amorosa.” (Diário da Bahia, 1905 apud Cândido, 2009). O crime ocorreu após a vítima ter terminado o relacionamento de quase um ano com Octávio, e o mesmo não ter sucesso nas tentativas de reatar com a vítima. Maria foi então atingida com um tiro de revólver e morreu no local do crime.

Outro crime com destaque na mídia foi o Caso Euclides da Cunha, que levou a morte do escritor do livro “Os Sertões”. “A tragédia grega”, como foi chamada por Monteiro Lobato, em qual Euclides estava envolvido, foi exaustivamente explorada pela mídia durante anos. Segundo Narra Eluf (2009), o início desse caso começou quando, Anna, a mulher de Euclides da Cunha, passou, junto com seus filhos, alguns meses morando com sua tia, enquanto Euclides fazia uma viagem ao Acre. Nesse período Anna conheceu Dilermando, um rapaz de 17 anos, que aspirava ingressar na carreira militar. Os dois passaram se relacionar amorosamente e ao voltar de viagem, Euclides encontrou sua mulher grávida do rapaz. Anna deu a luz a criança, mas ela acabou morrendo ainda no período de puerpério, pois Euclides impediu sua mulher de alimentá-la. O relacionamento declinou e após sofrer com a agressividade e o ciúme de seu marido, Anna o abandonou e acabou mudando-se para a casa de Dilermando com seus filhos. No dia 15 de agosto de 1909, Euclides da Cunha, entrou armado na casa de Dilermando e desferiu contra ele diversos tiros, além de atingir o irmão do rapaz. O amante de Anna, nessa época era tenente do exército e acabou atirando contra Euclides. O autor de “Os Sertões” morreu em decorrência dos tiros. Já o tenente foi absolvido, com a justificativa de legítima defesa. Entretanto, a opinião pública condenou Anna e Dilermando. De acordo com Eurico Barbosa (2016) os jornais do período utilizavam os adjetivos “Assassino”, “monstruoso” para se referirem a Dilermando, mesmo após a sua inocentação. O Jornal “Folha do dia”, publicou no dia 3 de maio de 1913, uma reportagem com o seguinte trecho:

Mais uma vez, compareceu ontem, à barra do júri, Dilermando de Assis, o assassino de Euclides da Cunha. Mais uma vez ainda ficou adiado esse julgamento reclamado pela voz pública, para satisfação a uma sociedade de um delito monstruoso. A falta de alguns jurados deu motivo a esse adiamento. Lá esteve o réu entretanto — audacioso e cínico, a cuspir os seus olhares de escárnio sobre a multidão que o espreitava como um ser desprezível e asqueroso. (Jornal Folha do dia, 03/05/1913, apud. BARBOSA, 2016).

A forma como Dilermando foi tratado, mostra como a questão dos crimes passionais ainda eram aceitas em sociedade, visto que, apesar de ter matado Euclides em legítima defesa, Dilermando continuou sendo culpabilizado pela morte do escritor. Além disso, nenhuma das reportagens lidas elucidou o ocorrido antes de Anna ir morar com Dilermando, quando o escritor impediu que a mesma amamentasse a criança recém-nascida, levando-a a morte. De acordo com Magri (2013), o papel da mídia neste caso é o de traduzir para a sociedade o discurso do âmbito jurídico, porém de forma mais palatável ao público. Entretanto, a forma superficial e a linguagem não neutra cuja qual a mídia utiliza, traz consequências sociais como a consolidação de um tipo de pensamento predominante na sociedade, como no caso citado, onde mesmo após ser absolvido pelo judiciário, Dilermando sofreu perseguição midiática e foi condenado socialmente.

É nesta sociedade que os primeiros críticos literários da obra *Dom Casmurro* estão inseridos e é neste contexto que o olhar deles se direcionará sobre a personagem feminina do romance, Capitu. Assim a pecha de adúltera recaiu sobre a ela, culpabilizando-a pelo ato.

2. A CRÍTICA LITERÁRIA NO PROCESSO DE ACUSAÇÃO

Ao utilizar-se da literatura como fonte de estudo, deve-se levar em consideração que a obra literária sofre, mesmo depois de escrita, influência do público, daqueles que a consomem. Diante disso, ela só estará “pronta” após chegar aos seus leitores, que atuarão sobre a narrativa, dando origem a um processo dialético onde o texto influencia quem o lê e no qual o leitor e suas vivências, resultarão na interpretação da obra. De acordo com Antônio Cândido (2000), a ação do autor sobre a sua arte depende de alguns fatores como, por exemplo, o momento histórico ao qual está inserido. Além disso, suas condições de existência também exercem um fator no processo de escrita, visto que está relacionada à forma como ele sobrevive e tem acesso aos bens de consumo disponíveis. Um outro ponto a ser considerado é como os diversos grupos sociais enxergam o escritor e o seu papel em sociedade. Já a leitura da obra pelo público, variará de acordo com o período em que está sendo feita e do público que está praticando a análise do texto. Como esse processo de aceitação e interpretação da obra depende de diversos fatores sociais, uma mesma narrativa literária pode, no decorrer do tempo, sofrer as mais variadas interpretações. De acordo com Antônio Cândido:

A literatura é pois um sistema de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e os quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (CÂNDIDO, 2000, p.68).

Para entender a recepção da crítica de *Dom Casmurro* e a sua interpretação no período de publicação, faz-se necessário antes compreender não só o contexto social no qual a obra está inserida, mas também para que público o autor escrevia. De acordo com Olga Santos (2006), as obras de Machado de Assis, atingiram em sua maioria, as pessoas da classe dominante, aqueles que possuíam maior prestígio social e econômico, além de uma parcela dos que buscavam ascensão social. Além disso, nota-se a presença de personagens pertencentes a essas classes na obra do escritor, fazendo com que esses grupos sociais se vissem representados. Leva-se em consideração também que o acesso à leitura por pessoas de classes baixas

era difícil, fazendo com que, quase sempre, as personagens principais representasse as classes mais elevadas.

Dom Casmurro foi escrito em uma fase na qual seu autor já possuía reconhecimento social e, por isso, podemos encontrar críticas feitas ao texto por escritores reconhecidos. Uma das primeiras críticas feitas à obra, em 1903, foi a do crítico literário José Veríssimo. Veríssimo era amigo de longa data de Machado, os registros das cartas (ROUANET, 2009) de Assis, mostram que os dois trocavam correspondências há anos, tanto para tratar de assuntos pessoais, como de negócios.

A crítica feita pelo autor em seu livro nos leva a entender como a imagem de Capitu foi interpretada no período de publicação. Veríssimo ao descrever os protagonistas do romance, tanto *Capitu* com *Bentinho*, utilizou diversos adjetivos. De acordo com Veríssimo,

Não sei se acerto, atribuindo malícia no pobre Bento Santiago, antes que se fizesse Dom Casmurro. Não, ele era antes ingênuo, simples, cândido, confiante, canhestro. O seu mestre – tortuoso e irresistível mestre! – de desilusões e de enganos, o seu professor, não de melancolia, como outro que inventou o autor de um certo Apólogo, mas de alegria e viveza, foi Capitu, a deliciosa Capitu. Foi ela, como diziam as nossas avós, quem o desamou, e, encantadora Eva, quem ensinou a malícia a este novo Adão. Somente haveria nele adequadas disposições para receber a agradável doutrina. Também eu duvido que dele sejam as reflexões, as considerações, a luz a que vê as cousas do seu passado. Dom Casmurro traiu e caluniou o Bentinho, o bom menino, o filho amante, o rapaz inocente e respeitoso, o estudante aplicado, o jovem piedoso, o namorado ingênuo, o amigo devotado e confiante, o marido amoroso e crédulo (VERÍSSIMO, 1916 apud SILVA, 2014).

Neste fragmento de sua obra, foi atribuído a *Bentinho* adjetivos como “ingênuo, cândido e simples”. Já ao apresentar *Capitu*, as características utilizadas são “encantadora e deliciosa”. Além disso, ocorreu também a comparação de *Capitu* com a personagem bíblica Eva, alusão a certa fonte de pecado que as duas teriam em comum. De acordo com Silva (2014), a utilização desses adjetivos para caracterizar a menina *Capitu*, não deixam dúvidas que o crítico literário interpretava a personagem como dona de um caráter questionável, onde Capitolina, maliciosa desde nova, influenciou Bentinho e exerceu sobre ele dominação, possuindo também a capacidade de persuadi-lo frente as adversidades impostas ao romance.

A análise sobre as personagens feita por José Veríssimo foi além. Ao tratar novamente do romance, ressaltou as qualidades atribuídas a *Bentinho* e a sua moral inquestionável. Para tratar do suposto adultério, utilizou-se das seguintes palavras:

É o caso de um homem inteligente, sem dúvida, mas simples, que desde rapazinho se deixa iludir pela moça que ainda menina amara, que o enfeitara com a sua faceirice calculada, com a sua profunda ciência congênita de dissimulação, a quem ele se dera com todo ardor compatível com o seu temperamento pacato. Ela o enganara com o seu melhor amigo, também um velho amigo de infância, também um dissimulado, sem que ele jamais o percebesse ou desconfiasse. (Verissimo, 1916 apud Silva, 2014)

Neste trecho da obra, o argumento que aparece no fragmento anterior do texto continua preservado. Veríssimo deixa claro, aqui e lá, a sua posição sobre o relacionamento onde Capitu é apontada como a culpada da infelicidade do casal, a dissimulada que traiu o marido com o seu melhor amigo, a mulher cujo qual o comportamento social, desde pequena, indi-

cava a maliciosidade e o espírito faceiro. Ao observar as análises da obra de Machado feitas por seu amigo, é possível concluir que a proximidade entre os dois escritores interferiu nas interpretações. Veríssimo (1981 apud OLIVEIRA, 2006) ao se referir a Machado de Assis, escreve: “um autor extremamente decente e que era impossível em história de um adultério levar mais longe a arte de apenas insinuar, advertir o fato sem jamais indicá-lo”. Aqui os princípios morais do escritor de Dom Casmurro também foram levados em consideração na condenação de Capitu.

É interessante observar que José Veríssimo não é o único a interpretar a personagem machadiana com esses olhares. Outros críticos literários contemporâneos a ele, Como Alfredo Pujol (1917) e Lúcia Miguel Pereira (1936) seguem essa linha de pensamento frente a *Capitu*. As transformações sobre a ótica na qual a personagem é observada se dão somente nas trocas de adjetivos a ela atribuídos. “cautelosa, pérfida, ardilosa e fingida” (Pujol, 1934, p. 247), são as características atribuídas a Capitu, por Pujol, para quem a personagem soube desde sempre esconder o romance do marido. De acordo com ele:

Capitolina – Capitu, como lhe chamava em família – traz o engano e a perfídia nos olhos cheios de sedução e de graça. Dissimulada por índole, a insídia é nela, por assim dizer, instintiva e talvez inconsciente (PUJOL, 1934, p. 238).

Ou então,

Ardilosa e pérfida, acutelada e fingida, Capitu soube ocultar aos olhos do marido a sua ligação criminosa com Escobar. A verdade aparece a Bentinho esgarçada, a espaços, pelos fios tenuíssimos de coisas mínimas, que ele compara umas às outras, nas suas noites de insônia (PUJOL, 1934, p. 247).

Tanto Pujol quanto Veríssimo tratam *Capitu* como uma mulher cujo comportamento indicava, desde sempre, a sua propensão a traição. Esse crime seria então, quase que natural de uma mulher com o perfil psicológico dela, deixando claro através dos seus atos e do seu temperamento que a traição ocorreria em algum momento. Isso se deve ao perfil da personagem, que foge do padrão de mulher recatada e obediente pertencente a sua classe social no período das análises da obra. Cabia a mulher casada obedecer a seu marido, sem questionar ou se intrometer em assuntos financeiros e mantendo o recato que a sociedade lhe impunha, através das vestes e da própria conduta social. Um exemplo da conduta da personagem perante a sociedade, pode ser percebido no capítulo CV do livro, intitulado de *Os Braços*. Trata-se de uma cena de ciúmes sobre os braços da moça, que aqui são descritos como belos e foram deixados a mostra em um baile público. *Bentinho* nota que os outros homens do salão observavam sua esposa bailar com os braços encobertos por cendal¹. Ao fim do baile, ao comentar com *Escobar* sobre o ocorrido, o mesmo comenta que parece indecente vestir vestidos que deixem os braços de fora. *Bentinho* pede então a *Capitu* que cubra os braços quando saírem novamente para ir a bailes, e a personagem atende ao desejo do marido. Durante todo o romance vemos, como na passagem anterior, Capitu quebrar algumas regras sociais. A personagem foi descrita por Machado de Assis, como uma criatura curiosa e inteligente, que sabia dialogar e conquistar objetivos, diferente de *Bentinho*, que era dominado pelas suas emoções. Na visão desses autores, “tudo deveria ser calmo, tranquilo e suave, como a própria imagem da mulher que a sociedade produzia e cultuava” (WANDERLEY, 1996, p. 51 apud GUALDA, 2008, s/p).

1 Cendal: Tecido transparente e fino

Ainda dentro das críticas feitas a *Capitu*, Lúcia Miguel Pereira, publicou pela primeira vez, em 1936, obra intitulada: *Machado de Assis - Estudo Crítico e Biográfico*. Neste trabalho a crítica literária analisa as obras de Machado de Assis, juntamente a sua trajetória pessoal. Ao escrever sobre *Dom Casmurro*, Pereira levanta algumas questões sobre a atitude da personagem feminina de Machado. Assim como os outros dois críticos citados, seguiu a linha de interpretação de que *Capitu* traiu seu marido.

Entretanto, ao iniciar a análise do livro, traz uma visão que difere dos outros críticos. Pereira questiona qual seria o motivo da traição de *Capitu*, sugerindo então mais de uma hipótese para o ocorrido, quebrando a ideia de que a traição era inevitável devido ao comportamento da moça. Conforme Pereira (1936, p. 270): “*Dom Casmurro* vai, mais uma vez, por meios muito diversos, abordar a questão da responsabilidade. *Capitu*, se traiu o marido, foi culpada ou obedeceu a impulsos e hereditariedade ingovernáveis? É a pergunta a que resume o livro.” Ao descrever *Capitu*, a autora também utilizou de adjetivos na sua caracterização. “Felina, ondulante e cheia de manhãs... Há nela uma sedução pecaminosa que não se encontra tão forte em nenhuma das outras mulheres de Machado.” (PEREIRA, 1936, p. 271). Neste estudo onde Lúcia Miguel trabalha a obra de Machado e sua vida, não há dúvidas sobre a traição sofrida por Bentinho. As questões aqui existentes são referente ao espírito da moça. Se a traição ocorrerá pois era inevitável perante o seu comportamento, ou se foi um erro cometido momentaneamente. Essa ideia fica clara com o seguinte trecho:

Ligando-o a estes, há o estilo, e há a ideia central de saber se *Capitu* foi hipócrita, ou uma vítima de impulsos instintivos. Em outras palavras, pode ser responsabilizada; e por aí entra na galeria machadeana das criaturas dirigidas por fatalidades poderosas e desconhecidas (PEREIRA, 1936, p. 172)

Observado então a ausência de dúvidas sobre a culpa de *Capitu* perante a traição, há um trecho da obra, em que a autora justifica o ciúme de Bentinho frente a esposa, levando em consideração o perfil de *Capitu*. “Casado com uma mulher de fogo, ele próprio mais propenso a interiorização, desconfiado de si, Bentinho não podia deixar de ter ciúmes. Ciúmes doentios, que quase fizeram dele um assassino” (PEREIRA, 1936, p. 240)

Perante a análise desses três diferentes críticos literários, que escreveram sobre a obra de Machado em meados do século XX, fica claro que as primeiras interpretações do romance *Dom Casmurro* e da personagem *Capitu*, acabam culpabilizando a personagem de adultério. Esse julgamento da personagem está inserido em um contexto social, no qual o papel da mulher na sociedade foi, durante mais da metade do século, um papel de submissão. Onde o recato e as vontades dos pais e maridos eram superiores aos seus próprios desígnios. A voz do homem tinha mais peso, não somente no ambiente doméstico, mas também na sociedade, como no caso da permissão do adultério masculino e dos casos nos quais relacionamentos resultaram no assassinato das mulheres e na subsequente absolvição dos assassinos, tanto socialmente quanto juridicamente. Essa imagem de mulher traidora acompanhou *Capitu* durante um período que ultrapassou a metade do século XX. De acordo com Silva:

Bentinho escapou à primeira recepção crítica de *Dom Casmurro* no Brasil. O “moço ideal” na visão de nossa sociedade, advogado bem-nascido, culto, “capaz de citar de Dante a Montaigne”, caseiro, com gosto para doces, afeiçoado à mãe, foi a imagem que acompanhou o personagem por mais de meio século nas interpretações da obra (SILVA, 2014, p.1).

E assim, as primeiras interpretações do romance marcaram não só a literatura, mas a história social, tornando possível o estudo de como os homens e mulheres daquele período interpretavam, não só os livros, mas a sociedade de um modo geral. Entretanto, na metade do século algumas transformações sociais ocorreram e o papel feminino na sociedade sofreu alterações, fazendo com que a personagem Capitu fosse vista com outros olhos.

2.1 O despertar da segunda onda feminista brasileira na década de 1970

Foi a partir da década de 1960, que outro olhar passou a analisar a personagem Capitu. Este momento está relacionado ao contexto histórico e social no qual a sociedade estava passando neste período, e por isso, para compreender a nova interpretação da personagem, faz-se necessário antes, analisar algumas transformações sociais que ocorreram, contemporaneamente, a mudança na crítica literária.

Foi nesta mesma década que diversos movimentos feministas explodiram em diferentes partes dos Estados Unidos e da Europa. De acordo com Celi Regina Pinto (2003), o momento político em que esses ideais surgiram, foi um momento de conflito político e social. Guerras e conflitos raciais foram, pouco a pouco, derrubando a ideia de prosperidade e harmonia presentes no mito americano, chamado de *American way of life*. A partir deste processo, novos movimentos sociais de contestação a cultura ganharam força. Fazia parte deste contexto a presença de ideias conservadoras em relação ao conceito de família e do papel das mulheres na sociedade. Ainda de acordo com Pinto,

Nos Estados Unidos, a Guerra da Coreia e, principalmente, a Guerra do Vietnã foram responsáveis pelo fim do sonho americano popularizado no *american way of life*. O capitalismo norte-americano pós-guerra prometia a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como a rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o boom econômico do pós-guerra possibilitava (PINTO, 2003, p. 41)

Ainda segundo a autora, outro fator de destaque que criou bases para a emancipação das mulheres e da luta feminina, tanto americana, quanto europeia, foi o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Ao se envolver em conflitos externos e aumentar a convocação de homens para participar do exército, ocorreu a necessidade de que as vagas de trabalho que esses homens ocupavam fossem preenchidas e com isso, as mulheres passaram a ocupar profissões, antes destinadas a pessoas do sexo masculino. Antes desse processo, apesar de já estarem inseridas no mercado de trabalho, sobrava para as mulheres os piores serviços nas fábricas. Gustavo Garcia, ao tratar dessa questão escreve que “as mulheres estavam expostas a trabalhos prejudiciais à saúde, com longas jornadas, colocando em risco a sua segurança e a sua vida, com salários inferiores aos pagos aos homens” (2010, p.653). Com o fim das guerras e a volta dos soldados, as mulheres que tinham assumido os postos de trabalho durante uma escassez de mão de obra masculina, poderiam voltar aos lares, visto que os homens retornaram aos seus empregos, entretanto, isso não aconteceu. As mudanças na economia e o aumento de produção em diversos países, possibilitaram que as mulheres permanecessem no mercado de trabalho, concorrendo as vagas de empregos com homens. Segundo Mozart Victor Russomano,

quando os soldados voltaram das trincheiras, desaparecendo ou diminuindo as causas sociais que estimularam o trabalho das mulheres (...), estas, em nome de suas necessidades individuais, se recusaram a abandonar

os empregos de que obtinham sustento, mantendo, assim, em razão de causas pessoais, aberta concorrência ao homem adulto, nas várias frentes de trabalho que o desenvolvimento industrial ia, pouco a pouco, multiplicando e diversificando (RUSSUMANO, 2004 apud OLIVIÉRI, 2009).

Já na Europa, de acordo com Celi Regina Pinto, um dos motivos que impulsionaram o movimento feminista na década de 1960, foi a queda de um outro ideal, a Revolução Socialista. Pouco a pouco, esse sonho de revolução foi se desmanchando, influenciado, por exemplo, por relatos sobre o que estava ocorrendo na União Soviética. Foi nesse contexto que diversos movimentos jovens, como o movimento *Hippie*,² se espalharam pela Europa, contestando os valores sociais do período e trazendo novas opções de comportamento e de modo de vida. A historiadora narra que

a revelação dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria, em 1956, e posteriormente da Tchecoslováquia, em 1968, foram minando a força da luta unitária e da disciplina férrea para derrotar o capitalismo. Os movimentos *beatnik* e *hippie* nos Estados Unidos e o maio de 1968 em Paris são as expressões mais fortes de uma nova geração, nascida durante, ou mesmo após, a Segunda Guerra Mundial, que buscava espaço no mundo público, combatendo os cânones tanto da defesa do capitalismo norte-americano como do sonho socialista europeu (PINTO, 2003, p.42).

Este foi o contexto social em que a segunda onda feminista ocidental começava a se projetar e ganhava vultos de importância nos cenários políticos e sociais.

No Brasil, o movimento feminista surgiu em um período de repressão política, e esteve fortemente associado a luta pela redemocratização do país. O golpe de 1964 e a sua supressão de direitos tornou, principalmente depois de 1968, com o decreto do Ato Institucional nº 5, qualquer tipo de participação política e social em ato de extremo perigo. Enquanto os Estados Unidos e a Europa, tinha nesse período, cenários de revolução comportamental e questionamento de valores, no Brasil o clima era de repressão e morte (PINTO, 2003, p.52). Entretanto, tanto aqui como lá, o movimento feminista, apesar das especificidades políticas de cada país, começou a tomar forma.

De acordo com Paola Cappellin Giuliani (2002), foi durante o fim da década de 1960 e no decorrer da década de 70, que diversos movimentos sociais surgem no país reivindicando melhorias em diversos setores sociais. Dentro desses movimentos, a participação de mulheres começou a ser cada vez mais frequente, como por exemplo, em 1968, o Movimento Nacional contra a Carestia, em 1970, o Movimento de Luta por Creches, e, em 1974, o Movimento Brasileiro pela Anistia. Não podemos dissociar esses movimentos de mulheres do movimento feminista. A historiadora Celi Regina Pinto (2003, p.66), diz que deve-se evitar especificidades nesses movimentos. Entretanto, apesar de contarem com a ampla participação feminina, eles não contestavam a condição social na qual estavam inseridas, não colocando em xeque, a opressão sofrida pelas mulheres. A principal busca pela participação delas estava relacionada a condição de dona de casa, esposa e mãe, para interferir na vida pública, exercendo o papel de cidadãs.

O papel da igreja foi importante nessa organização feminina. De acordo com Cynthia A. Sarti (1998), a Igreja católica influenciou na organização das mulheres, principalmente nos grupos menores, de âmbito regional. Frente a falha política do Estado em atender algumas

² O movimento hippie foi um movimento que teve a sua origem nos Estados Unidos, durante meados da década de 1960. Os participantes desse movimento tinham, na maioria das vezes, idade entre 17 e 25 anos. Uma das contestações do movimento era contestar os valores sócias do período e um dos lemas do grupo eram pregar a ideia de liberdade sexual e espiritual, além do conhecido lema de "Peace and Love".

demandas sociais e inspirados na teologia da libertação, grupos de mulheres começaram a ter papel de destaque na luta por direitos sociais. Segundo Paula Cappellini Giuliani (2002), apesar desses grupos femininos não terem como pauta de suas reflexões e lutas, a discriminação no emprego e os papéis no ambiente de trabalho feminino, eles avaliavam constantemente os papéis sociais das mulheres e das donas de casa, como por exemplo, na luta por serviços públicos de apoio a mãe trabalhadora.

Os primeiros grupos feministas brasileiro surgem, na década de 1970, em São Paulo e no Rio de Janeiro. De acordo com Celi Regina,

O ano de 1972 é marcado por dois eventos de natureza completamente diversas que dizem muito da história e das contradições do feminismo no Brasil: o primeiro deles foi o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros. O segundo foram as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, de caráter quase privado, o que seria uma marca do novo feminismo no Brasil. (PINTO, 2003, p.46).

Cláudia Regina Nichnig (2007, p.5), diz que os primeiros grupos feministas foram inspirados em um modelo americano, nos quais um pequeno grupo de mulheres se reuniam para estudos e reflexão. Eles abordavam temas ligados ao cotidiano feminino como, por exemplo, a discriminação, a sexualidade, a política e os relacionamentos. Entretanto, houve uma contradição do movimento em relação a sua organização. Celi Regina Pinto aponta que por ser um movimento formado, inicialmente, por mulheres de classe média e alta, todas intelectuais com nível superior;

...o feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e a sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês (PINTO,2003, pg.45).

Assim, além de sofrer com as dificuldades impostas pela ditadura militar brasileira para as organizações sociais de carácter reivindicatório, o movimento feminista sofreu também dificuldades de aceitação dentro da própria esquerda brasileira. Consoante a Cynthia Sarti,

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina (SARTI, 1998, p.6).

Se acordo com Celi Regina Pinto (2003, p. 49), o movimento feminista foi para os brasileiros exilados na Europa durante o início da década de 1970, uma dupla ameaça, pois desfocou a luta do proletariado contra o capitalismo e ameaçou o poder masculino sobre essas organizações. Com isso, o movimento nos seus primórdios, não era visto com bons olhos pela ala ultradireitista brasileira e nem pelos militantes ultra-esquerdistas. Esse fenômeno permitiu que as definições das suas lutas individuais fossem definidas somente entre o fim da década de 1970 e o início da década de 80, quando a abertura política do país ocorreu e o movimento feminista passou, cada vez mais a ter um carácter social.

2.2 Os contornos da segunda onda feminista e as suas conquistas sociais

Após surgir no Brasil na década de 1970, em momento de repressão política e sofrer discriminação por ser entendido como um movimento de origem burguesa que deixava de lado a luta por direitos sociais e pela redemocratização do país, as reivindicações específicas do movimento feminista, foram formuladas de maneiras conflitantes. A historiadora Celi Regina Pinto, destaca o papel fundamental das mulheres exiladas na Europa pela ditadura militar brasileira na manutenção das ideias desse movimento, trazendo livros e teorias que vinham das organizações internacionais. De acordo com Celi (2003, p. 59), foram essas mulheres exiladas na Europa que tiveram contato com as transformações sociais e culturais que ocorriam, principalmente, em Paris e nos Estados Unidos. Foram elas que começaram a introdução das ideias feministas no Brasil e que pensaram sobre a estruturação do movimento.

As definições dos questionamentos levantados como bandeira da luta feminista não foram um consenso entre todos os participantes do movimento. De acordo tanto com Sarti (1998, p.6) quanto com Pinto (2003, p. 61), as definições do que abrangiam a luta feminista foram influenciadas pelo cenário político brasileiro. A luta contra a ditadura, apesar de propiciar a participação de mulheres na sua organização, também influenciou para que as questões específicas que tratavam das opressões sofridas pelas mulheres, fossem deixadas em segundo plano, na maioria das vezes.

A ala Marxista do movimento entendia que tratar de questões individuais e comentar sobre os problemas sofridos pelas mulheres tirava o foco da luta contra a ditadura, além de ser uma atitude burguesa que colocaria o individualismo acima do coletivismo. De acordo com Celi Regina Pinto:

As três grandes tendências do movimento feminista eram: a marxista, a liberal e a radical. As duas primeiras, apesar de suas óbvias diferenças, tinham uma natureza mais política e tendiam a ver os problemas enfrentados pelas mulheres como questões coletivas com uma dimensão que extrapolava a luta específica da mulher. As marxistas tendiam a reduzir a luta das mulheres a luta de classes, e as liberais, a luta por direitos individuais. O terceiro grupo, o que mais dificuldades teve de se manter na organização, era composto de mulheres que colocavam sua própria condição de mulher no centro da discussão; levantando questões menos aceitas, expunham de forma aberta a condição de opressão e não apresentavam uma plataforma coletiva para justificar a sua própria militância (REGINA, 2003, p.60)

Foi este terceiro grupo de mulheres, como nos narrou Pinto (2003, p. 82), que ao levantar questões não só da luta de classes, mas também de cunho pessoal, tratando sobre temas como métodos contraceptivos, liberdade sexual e aborto, que na década de 1980, passaram a dirigir o movimento e trouxeram à tona para a sociedades questões relacionadas a opressão feminina gerada socialmente. Este fato ocorreu também devido a abertura do movimento, que havia ocorrido na década anterior, e cada vez mais trazia mulheres para essas discussões.

O principal local de discussão dessas mulheres foi o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, criado, em 1976, na cidade do Rio de Janeiro. O depoimento de uma das militantes do movimento feminista do período deixa as divergências de opiniões claras presentes nesse local:

Todas no Centro da Mulher Brasileira se diziam feministas, mas defendiam um feminismo diferente daquele dos países desenvolvidos: aqui, tratava-se de lutar pela causa de outras mulheres, de salvar as operárias,

cuja causa era mais importante do que a nossa, já que tínhamos comida, casa e instrução. Era engraçado, tinha gente até saía vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade (GOLDBERG, 1987 apud PINTO, 2003).

De acordo com Joana Maria Pedro (2006, p.19), o movimento feminista só começou a tratar de forma mais unificada a questão da sexualidade feminina, quando a ala marxista ortodoxa do movimento buscou outras formas de atuação fora do espaço do Centro, propiciando que as outras marxistas que haviam ficado juntamente a outras mulheres, pensassem o movimento e o redefinissem, colocando em pauta questões que iam além da luta de classes

Apesar de diversas autoras considerarem que o ano de 1975 foi o ano inaugural do movimento feminista no Brasil, uma conferência de importância para a luta ocorreu em 1972. O congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, organizado por Romy Medeiros, permitiu um encontro entre diversas mulheres. Segundo Celi Regina Pinto (2003, p.47), Romy era uma mulher que tinha contato com diversos governantes do país, advogada e com algumas participações políticas como, por exemplo, o envio de uma proposta de projeto cívico para mulheres na área da educação e da saúde que foi enviado para o general Emílio Garrastazu Médici, em 1971. Sua influência política possibilitou que o congresso de 1972 ocorresse, contando inclusive com o financiamento do alto clero da Igreja Católica e também da Coca-Cola.

Em um período em que as organizações sociais eram duramente reprimidas, Romy Medeiros, apesar não se definir ideologicamente como uma pessoa de esquerda, também teve que prestar conta de suas ações para os dirigentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Um depoimento dado pela própria, dá noção do problema onde esteve envolvida:

Eu não tinha a menor ideia do que estava acontecendo naquele momento, não sabia que era uma loucura organizar aquele encontro debaixo do autoritarismo que existia. Tinha pessoas da família envolvidas em política e fui muito bem recebida pelo Chagas Freitas [então governador nomeado do estado da Guanabara], que me deu todo o apoio para o encontro, que só se realizou graças às minhas relações com o governo [...]. Fui chamada ao Dops várias vezes durante a sua preparação, e eles me diziam: 'A senhora é uma pessoa distinta, mas anda muito mal acompanhada' (GOLDBERG, 1987 apud PINTO, 2003)

O congresso organizado por Romy, sem dúvidas teve um papel importante no movimento que começou a surgir no Brasil. Entretanto, os encontros e as organizações feministas passam a ocorrer com mais frequência três anos depois.

A organização do movimento de forma mais ampla e mais aberta a sociedade, ocorreu em 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou este ano como o ano Internacional das Mulheres e realizou no México uma conferência com mulheres vindas de diversos lugares do mundo, todas especialistas sobre a condição da mulher na sociedade. De acordo com Joana Maria Pedro (2006), aqui no Brasil, o papel da ONU foi fundamental para que essa luta se desenvolvesse. A autora destaca também a semana de debates, ocorrida em junho de 1975 e organizada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com o tema: "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", na cidade do Rio de Janeiro. Além de propiciar palestras e debates sobre o assunto, foi lá que se originou a ideia de criação

do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, local que propiciou o surgimento de eventos relacionados a mulher brasileira, possibilitando discussões públicas sobre os problemas enfrentados pelas mulheres. Essas transformações fizeram com que o movimento perdesse a característica de reunião particular acessível somente a um pequeno grupo de mulheres, como ocorreu no início da década de 1970.

Foi justamente a partir de 1975, que as conquistas políticas do movimento começaram a ser notadas de forma mais nítida, se o Rio de Janeiro tinha o Centro de Desenvolvimento da Mulher, em âmbito nacional as feministas conseguiram um espaço na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde as discussões sobre o a mulher brasileira na sociedade eram cada vez mais frequentes. Para Celi Regina Pinto (2003, p.62), as sucessivas reuniões do movimento feminista nos congressos dessa sociedade científica, demonstram uma das principais características do movimento feminista até 1985, que seria um movimento acadêmico. Ainda segundo a autora, a aproximação do movimento com as organizações operárias e os sindicatos aconteceu em 1977. Já no ano seguinte, encontros de operárias começaram a ocorrer, como, por exemplo, o *I Encontro da Mulher que Trabalha na cidade do Rio de Janeiro* e o *I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema*, em São Paulo. Isso só foi possível devido à situação política na qual o país se encontrava.

Com a distensão da ditadura militar brasileira, as discussões sobre o papel da mulher na sociedade tomaram cada vez mais força, visto que uma das mais frequentes lutas do movimento, a luta pela anistia, não tinha mais sentido de existir. A historiadora Celi Regina Pinto diz que foi a partir de 1979 que o movimento passou a se institucionalizar, pouco a pouco.

A relação do feminismo com o campo político a partir de 1979 deve ser examinada de três perspectivas complementares: a conquista de espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política. Em qualquer um desses espaços a presença das mulheres e mais do que isso, de feministas tem sido fruto de múltiplas tensões resultantes de fatores como a própria resistência de um campo completamente dominado por homens à entrada de mulheres e a estratégia do próprio movimento, que muitas vezes viu o campo da política como uma ameaça à sua unidade (PINTO, 2003, p.68).

Essa institucionalização novamente ocorreu em comum acordo entre os grupos de mulheres. No início de 1980 (PINTO, 2003, p.68), aconteceram duas divisões políticas entre os grupos feministas. Primeiro, a divisão deu-se entre dois partidos. As militantes que se identificavam com o MDB, com a abertura política do país passaram a se dividir entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Após as primeiras eleições ocorrerem em 1982, uma nova divisão política ocorreu e o movimento se dividiu novamente. De um lado ficam as feministas que lutavam pela institucionalização e, do outro, aquelas que queriam a autonomia.

A institucionalização do movimento ocorreu com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher, em 1985. Celi Regina (2003, p.75) relata a criação de diversos conselhos femininos nesta segunda metade da década de 80, além de destacar a participação do Conselho Nacional na constituinte de 1988, que mesmo de forma indireta, teve participação através de cartas, levando questões sobre a violência sofrida pelas mulheres e até algumas colocações feitas sobre o direito ao seu próprio corpo. É importante observar que o movimento influenciou transformações sociais e de âmbito governamental que surgiram em decorrência da luta feminina.

Como se pode ver, a segunda onda feminista brasileira acabou por transformar o modo de pensar da sociedade em diversos aspectos. Suas conquistas em direitos sociais foram de grande importância política, mostrando que alguns dos seus ideais de luta passaram a fazer parte do Estado e das suas políticas sociais, buscando melhorar a qualidade de vida de muitas mulheres e de protegê-las contra a violência que estavam expostas. Foram também essas transformações que influenciaram as novas interpretações da personagem *Capitu* e possibilitaram que o romance fosse visto sobre outra ótica, levando a absolvição da culpa da personagem feminina.

3. A ABSOLVIÇÃO DE CAPITU PELA CRÍTICA LITERÁRIA

Ao analisarmos as críticas feitas a obra *Dom Casmurro* ao longo do século XX, nota-se uma transformação na forma como o texto foi interpretado pelos críticos literários no decorrer do período. Essa mudança ocorreu, principalmente, na visão que se tinha sobre a personagem *Capitu*. Se nos primórdios da crítica literária a personagem foi vista como uma mulher adúltera que tinha um filho fora do casamento, a partir da década de 60, outra leitura passou a ser feita sobre a obra, desculpabilizando, na maior parte das vezes, a personagem. De acordo com Paulo Franchetti (2009, p.289), foi a crítica literária norte-americana, Helen Caldwell, que inaugurou uma nova forma de interpretação da trama de Machado de Assis, defendendo a personagem *Capitu* das acusações de adultério. Ao se referir a Caldwell e sua ação sobre a personagem, Franchetti diz:

O movimento da advogada Caldwell é, entretanto, mais complexo do que a simples substituição do acusado. Se ela retira *Capitu* do banco dos réus e ali coloca Bento, ao mesmo tempo toma precauções para que, ao enviar Bento para essa posição, não envie junto o autor Machado de Assis (FRANCHETTI, 2009, p. 290).

A obra de Caldwell, que inicia a defesa de *Capitu* contra as acusações de *Bentinho*, é intitulada de *O Otelô Brasileiro de Machado de Assis*, publicada na Califórnia em 1960. A autora propõe logo no início do seu trabalho responder duas questões relacionadas a *Dom Casmurro*. As questões levantadas por Caldwell são:

O núcleo de meu estudo consiste em responder duas questões suscitadas [...]: A heroína é culpada de adultério? Por que o romance é escrito de tal forma a deixar a questão da culpa ou inocência da heroína para a decisão do leitor? (CALDWELL, 2002, p. 13)

Ao observar a lógica dos argumentos utilizados pela norte-americana neste trecho, nota-se que a tese de um romance aberto, onde o leitor decidirá sobre os fatos, foi utilizada. Assim, para Helen, Machado de Assis não condenou *Capitu* como uma mulher adúltera, mas deixou vestígios no decorrer da sua obra que possibilitam a absolvição da personagem. Segundo Luciana Fidelis de Melo (2005, p.15), a autora norte-americana recorreu às falas de *Bentinho* para defender *Capitu* das acusações por ela sofrida durante a primeira metade do século XX. Um dos trechos da sua obra deixa um destes tópicos claro ao leitor da seguinte forma:

Capitu está no banco dos réus. [...] No capítulo final (CXLVIII), o leitor percebe em sobressalto que foi convocado como jurado. A “narrativa” de *Santiago* não passa de uma longa defesa em causa própria. [...] E, sagaz advogado que é, deixa indeterminado o caráter de cada personagem do caso que possa testemunhar contra ele, suprime evidências, impõe adiamentos até que as testemunhas morram. O argumento funciona da

seguinte forma: ele, Santiago, não é ciumento sem causa; ele não executou uma vingança injusta: Capitu é culpada. Caso os leitores o julguem inocente, ele estará limpo a seus próprios olhos [...] Praticamente três gerações – pelo menos de críticos – julgaram Capitu culpada. Permitam-nos reabrir o caso (CALDWELL, 2002, p.99-100).

Outro aspecto relevante, que deve ser observado na obra de Caldwell e como o próprio título já deixa claro, trata-se da relação que a autora vê entre Dom Casmurro e a obra *Otelo* de Shakespeare.³ No próprio romance machadiano há um capítulo intitulado *Otelo*, no qual ele narra a ida de *Bentinho* ao teatro. Neste cenário a peça *Otelo* está sendo encenada. A reação da personagem foi a seguinte:

Jantei fora. De noite fui ao teatro. Representava-se justamente *Otelo*, que eu não vira nem lera nunca; sabia apenas o assunto, e estimei a coincidência. Vi as grandes raivas do mouro, por causa de um lenço – um simples lenço! [...] O último ato mostrou-me que não era eu, mas Capitu que deveria morrer. Ouvi as súplicas de Desdêmona, as suas palavras amorosas e puras, e a fúria do mouro, e a morte que este lhe deu entre aplausos frenéticos do público. E era inocente – vinha eu dizendo rua abaixo – que faria o público, se ela de veras fosse culpada, tão culpada como Capitu? (MACHADO, 2012, p. 233).

O impacto da obra de Caldwell para a nossa sociedade não pode ser negado. Partiu dela o ponta pé inicial que revolucionou as interpretações de Dom Casmurro. De acordo com Roberto Schwarz:

Em suma, o resultado substancial do livro foi a inviabilização da leitura conservadora de um clássico nacional, até então assegurada por uma aliança tenaz de convencionalismo estético e preconceitos de sexo e classe (SCHWARZ, 2006, p.7).

Outro crítico que teve papel de destaque na interpretação de Dom Casmurro foi John Gledson. O inglês publicou pela primeira vez, em 1984, sua obra intitulada *Machado de Assis: Impostura e Realismo*. Nesse estudo, o autor também desenvolveu uma análise da personagem Capitu. Para o inglês está presente na trama, uma questão social. Roberto Schwarz analisa o texto de Gledson, chegando a conclusão que:

Atrás da agitação sentimental de primeiro plano, Gledson identifica a presença de interesses propriamente sociais, ligados à organização e à crise da ordem paternalista. Em lugar do novo *Otelo*, que por ciúme destrói e difama a amada, surge um moço rico, de família decadente, filho de mãe, para o qual a energia e liberdade de opinião de uma mocinha mais moderna, além de filha de um vizinho pobre, provam intoleráveis. Neste sentido, os ciúmes condensam uma problemática social ampla, historicamente específica, e funcionam como convulsões da sociedade patriarcal em crise (SCHWARZ, 2006, p.86).

A inovação dessa crítica literária se deu por incorporar justamente em sua análise, características sociais do período de escrita do romance, levantando a hipótese de que a obra Machadiana, não só não condenava a personagem Capitu pelo adultério, mas também trazia críticas à sociedade paternalista do período de publicação da obra. Em *Machado de Assis: Impostura e Realismo*, John deixa claro que enxerga as atitudes de Capitu como de alguém que

³ Em *Otelo*, o protagonista da história mata sua esposa, Desdêmona, após acreditar que ela o traía com outro homem. Após o assassinato, *Otelo* acaba descobrindo que tudo não havia passado de uma armação e que a traição não ocorreu. Sentindo-se culpado, a personagem tira a sua própria vida, caindo morto em cima do corpo de sua amada.

busca a ascensão social e, por isso, age minuciosamente, refletindo e sabendo lidar com os imprevistos. Na análise do autor:

Por motivos bem compreensíveis, levando-se em conta suas origens sociais, Capitu e Escobar são “enérgicos”, “exclusivos”: numa palavra, pessoas ambiciosas. No caso de Capitu, essas ambições são centradas em Bento; no de Escobar, no “comércio”, que ele confessa ser sua verdadeira vocação. É este o fato perfeitamente inteligível que Bento é incapaz de compreender ou aceitar, basicamente, sem dúvida, por sua própria posição social privilegiada lhe faz desnecessária a ambição. Infelizmente, e até em certo ponto de maneira paradoxal, esse mesmo privilégio dá aos outros dois uma vantagem sobre ele, pois a ambição, aguçou-lhes os espíritos e os poderes de decisão (GLEDSON, 1999, p.46).

Além disso, de acordo com Luciana Fidelis (2005, p.26), Gledson focaliza nos traços psicológicos da personagem Capitu. Para ele, as reflexões da menina e a sua capacidade de analisar as situações em que está envolvida, demonstram uma maturidade que não está presente em Bentinho, onde o próprio narrador do romance dá ênfase de que o mesmo é “guiado pelas emoções”.

Mais uma vez, um crítico literário inverteu a análise que foi feita durante as cinco primeiras décadas do século XX. A sentença de Gledson sobre a obra vem no primeiro capítulo de seu estudo, quando escreve “A capacidade de enganar, do romance é extraordinariamente completa, como de fato está implícito em que a possível inocência de Capitu permaneceu virtualmente despercebida durante tanto tempo” (GLEDSON, 1999, p. 20). A influência dessas análises ultrapassaram uma fronteira geográfica e modificaram também a visão que se tinha da personagem *Capitu* na terra de Machado.

A obra de Helen Caldwell não tardou a refletir no Brasil. O crítico literário Antônio Cândido, em estudo feito no ano de 1968, e publicado em 1970, intitulado *Esquema de Machado de Assis*, não afirmou a traição de *Capitu* contra *Bentinho*. Neste texto é perceptível que o crítico literário foi afetado, de alguma forma, pelo discurso da americana. Além de citá-la em sua obra, a seguinte frase é utilizada pelo crítico ao se referir a suposta traição de *Capitu*. De acordo com Cândido:

[...] como o livro é narrado por este, na primeira pessoa, é preciso convir que só conhecemos a sua visão das coisas, e que para a furiosa “cristalização” negativa de um ciumento, é possível até encontrar semelhanças inexistentes, ou que são produtos do acaso (CANDIDO, 1968, p.30).

Apesar de não considerar a traição ou que a negação da mesma fosse uma discussão importante para a obra, é possível ver no discurso de Cândido uma mudança na argumentação se comparada com outros críticos brasileiros. Entretanto, no período desta crítica, a segunda onda feminista no Brasil não havia ocorrido, questionando o papel da mulher em sociedade.

Roberto Schwarz, em 1990, escreveu sobre a trama machadiana envolta em Dom Casmurro. Em seu texto *A poesia envenenada de Dom Casmurro*, Schwarz (1997, p.85), entende que há na obra de Machado uma crítica a sociedade patriarcal do período e que parece ser “menos visível” ao leitor brasileiro. Além disso, o crítico também recomenda que a obra de Machado seja analisada mais de uma vez pelo leitor, de modo a observar o texto de diversos ângulos, buscando características do patriarcalismo brasileiro e pistas que absolvam a personagem feminina da culpa a ela atribuída. Paulo Franchetti, destaca um outro aspecto dessa obra:

A novidade do ensaio de Schwarz é que, da sua óptica, o leitor (ao menos o leitor comum) já não é jurado e muito menos destinatário de uma ação curativa. Junto com Bento, senta-se agora no banco dos réus o leitor homem, brasileiro, católico (e presumivelmente sem perspicácia nem espírito democrático). E sua pena é dupla: é condenado como cúmplice de Bento e é ridicularizado como objeto da ironia da composição machadiana (FRANCHETTI, 2009, p.292).

Outro título no qual a imagem de Capitu foi desconstruída foi o trabalho de Ana Maria Machado, publicada em 1999, intitulado *A audácia dessa Mulher*. Neste livro, a autora acaba por dar voz a *Capitu*, atitude que não era possível através da obra Machado, já que em *Dom Casmurro*, o narrador do romance é o próprio *Bentinho*. De acordo com Jaqueline Souza (2014, p.472), a atitude de Ana Maria Machado em reescrever o romance, possibilitou a *Capitu* dar a sua própria visão da história, já que em *Dom Casmurro*, a personagem permanência escondida atrás dos olhos do marido. A personagem principal do livro é Beatriz, uma jornalista que foge dos moldes de mulher de uma sociedade patriarcal. De acordo com Souza:

A personagem Bia é uma mulher própria do século XX, possui características próprias da mulher contemporânea, pois, ela é independente, tem seu próprio emprego, a sua própria casa, viaja para vários lugares, possui um relacionamento mais aberto com o namorado. Ela é uma personagem feminina pouco comum na literatura brasileira, mesmo a de autoria feminina, uma vez que é decidida e determinada, inteligente e prática, sempre buscando coisas novas (SOUZA, 2014, p.478).

Beatriz, a protagonista, é jornalista e tem um romance aberto com seu namorado, além de não se dar bem em tarefas domésticas, como cozinhar e arrumar a casa. Ainda consoante a Souza, a entrada da personagem *Capitu* no romance, dá-se da seguinte forma:

A escritora retoma a trajetória de *Capitu*, recriando-lhe os contornos, reinventando-lhe os caminhos percorridos durante o tempo em que esteve casada com *Bentinho*, até seu exílio na Suíça. O ponto de partida é um caderno de receitas, também usado como diário íntimo que, após ter sido uma herança legada a diversas gerações de mulheres, durante mais de um século, chega às mãos de Beatriz, personagem principal de *A Audácia dessa Mulher*. Esse caderno de receitas é acompanhado por uma carta assinada por Maria Capitolina (SOUZA, 2014, p.472).

Souza destaca ainda (2014, p.478) que essa releitura da obra só foi possível, pois tanto a autora, como a protagonista, partilham de uma nova mentalidade, levando em consideração os direitos das mulheres e os seus papéis sociais, encarando-as como cidadãs que tem o direito de terem suas próprias histórias e de escolher os seus caminhos.

As transformações que ocorreram no modo de ver a personagem machadiana *Capitu*, aconteceram em um momento no qual as mulheres haviam conquistado uma série de direitos e estavam lutando por uma melhoria de condição de gênero. Teria sido então, a influência dessa organização feminina que influenciou uma nova leitura da personagem, buscando enxergá-la com outros olhos e dar voz aquela que foi silenciada?

4. A SEGUNDA ONDA FEMINISTA E AS CRÍTICAS A CAPITU

A construção da interpretação de um determinado objeto, fato ou acontecimento está relacionada ao período que o mesmo foi analisado e também por quem fez essa análise. O mesmo ocorre com a interpretação de um livro, ou no caso aqui trabalhado, de uma perso-

nagem. O crítico Antônio Cândido (2000, p.68), como já trabalhado anteriormente, aborda as mudanças das interpretações com o passar do tempo.

Foi no início da década de 1960, que a crítica literária feminista começou a se desenvolver. De acordo com Natalia Helena Wiechmann (2006, p.3), isso aconteceu em decorrência da movimentação das mulheres em busca de direitos. Um dos intuitos dessa nova forma de observar a literatura, era o de dar voz as personagens femininas. Elas que sempre estiveram presentes em obras clássicas, mas que foram interpretadas de acordo com as normas comportamentais vigentes em sociedade, fazendo com que as mulheres que fugissem do padrão de donas de casa, mães de família e esposas fiéis, fossem vistas como um péssimo exemplo a ser seguido e merecedoras dos fins, quase sempre trágicos, que as acompanhavam. De acordo com José R. Neres Costa:

Narrativas naturalistas/realistas sempre caminham para um desfecho trágico em que a figura feminina é sempre sacrificada em prol da defesa da ideologia de que é a mulher a causadora de grande parte da desgraça do homem (2000, p.4).

O trabalho feito por essas mulheres que buscavam um novo olhar sobre a literatura não foi algo simples de se fazer. Com uma tradição de escrita literária patriarcal que durou décadas, cabia a elas quebrar paradigmas sociais. Segundo Constância Lima Duarte, foi “a indústria cultural masculina que se encarregou da construção e quase cristalização das imagens do feminino” (1987, p.18). Esta imagem construída pelo olhar masculino, possibilitou apenas uma visão maniqueísta das mulheres nos romances. De acordo com Natália Wiechmann (2006, p.6), a imagem das personagens femininas ficou dividida então entre a mulher “Anjo” e a mulher “Monstro”. Acerca desta dualidade, Wiechmann nos diz que:

a representação angelical da mulher se refere à imagem idealizada de pureza, bondade e delicadeza e tem como ícone a figura da Virgem Maria. Sempre dentro de casa, a mulher angelical é a responsável pelo cuidado do lar e da família, agradando ao marido ou a qualquer outra figura masculina que prevaleça na casa e se submetendo a sua autoridade. O que se tem atrás desse rótulo de anjo é, na verdade, uma vida de submissão completa à figura masculina e, desse modo, a ausência de autonomia coloca a mulher numa posição comparável a de um objeto de arte a ser contemplado [...] Opondo-se à imagem angelical, a mulher monstro é o estereótipo que condensa em si as transgressões ao ideal feminino. Em outras palavras, essa representação se refere às mulheres que assumem características tradicionalmente masculinas, como a autoridade, a força e a iniciativa sexual. Diante disso, o ato de criação é visto no patriarcado como algo essencialmente masculino (WIECHMANN, 2006, p.8).

Foi necessário que a nova crítica buscasse “desmascarar a misoginia da prática literária, as imagens estereotipadas de mulher como anjo ou monstro, o abuso literário da mulher na tradição masculina” (FUNCK, 1999 apud GUALDA, 2008). Contrapondo a esta característica, a crítica literária feminista veio para mudar o formato de como as análises de obras literárias eram feitas, observando questões presentes além do texto, como ocorreu com o caso de *Capitu*. Segundo Elaine Showalter:

O objetivo dessa crítica é ratificar injustiças construídas sobre modelos existentes, oferecendo leituras feministas de textos que levam em consideração as imagens e estereótipos construídos sobre as mulheres na literatura.

tura, assim como discutir as omissões e falsos juízos sobre as personagens femininas na crítica literária (SHOWALTER, 1994).

Helen Caldwell, a primeira a analisar *Dom Casmurro* de maneira contrária ao que havia sido feito, escreveu no mesmo período em que essas transformações na crítica literária estavam ocorrendo. De acordo com Lúcia Osana Zollin, a análise de Caldwell acabou por tratar a trama com um olhar diferente “um olhar capaz de detectar e de desnudar particularidades a que a convenção masculina nunca esteve atenta” (ZOLLIN, 2009 apud SOUZA, 2014). É importante destacar que o período no qual a crítica americana fez a sua análise a obra de Dom Casmurro, não só estavam ocorrendo transformações na crítica literária que buscava olhar as obras atentando para as personagens femininas, mas também toda uma movimentação política que gerou a segunda onda feminista.

Ao analisar textos que tratam sobre a transformação na análise da figura de *Capitu*, Caldwell é descrita por mais de um autor como feminista ou participante do movimento, fazendo com que os ideais presentes na interpretação de *Dom Casmurro*, sejam justificados pela sua participação no movimento que lutava pela emancipação feminina. Ao escrever sobre a crítica americana e os seus trabalhos relacionados a Machado de Assis, a escritora Cecília Prada assim se refere:

Em 1950, ela lançou o livro *The Brazilian Old Fellow of Machado de Assis*. Em 1960, publicou *The Brazilian Othello of Machado de Assis* um estudo sobre Dom Casmurro somente traduzido e publicado no Brasil em 2002, isto é, 42 anos mais tarde, mas que causou impacto no meio intelectual brasileiro. Sua revolucionária tese sobre a “inocência” de Capitu transmitia sua visão de feminista, por certo, mas fez escola entre nós e no exterior (PRADA, 2008, p.1).

A associação da figura da crítica americana com o movimento feminista não para por aí. A escritora Márcia Lisboa Costa de Oliveira, em seu texto *Reflexões em Torno das Relações entre Gênero e Recepção* (2006), aborda sobre a teoria de Caldwell ser feminista e não a desmente, relacionando a sua atitude de defesa de Capitu, como uma característica do movimento feminista. De acordo com a escritora “seu confronto com a tradição revela o posicionamento contraideológico próprio à crítica feminista, como afirma Culler. Isso porque a solidariedade feminina de Caldwell possibilita-lhe a identificação com a personagem indefesa (OLIVEIRA, 2006 p.6). Costa de Oliveira continua defendendo a sua teoria de relação entre o movimento feminista e a nova forma de interpretação da obra de Dom Casmurro, que começou a ocorrer na década 1960, de acordo com a mesma:

Vivendo o momento histórico-cultural dos anos sessenta, em que se avizinhavam as reviravoltas dos 70 e emergiam os postulados feministas na análise das relações entre cultura e sociedade, como mulher de seu tempo Caldwell se debruça sobre uma ré sem defensores e a reabilita recorrendo à tradição literária. Com essa defesa, Capitu/Desdêmona tem desde então o direito à dúvida, que lhe havia sido negado pela crítica masculina (mesmo quando escrita por uma mulher) (OLIVEIRA, 2006, p.7).

Ao refletir sobre como essa nova forma de analisar a obra surgiu, é possível relacionar o desenvolvimento da crítica feminista, com as transformações associadas a segunda onda feminista. Por fazerem parte de um mesmo período histórico, um movimento estava relacionado ao outro. Cláudia Assumpção Gonzaga (2015, p.67) afirma que foi essa influência social que propiciou novos olhares para a obra de Machado de Assis, possibilitando uma nova interpretação do romance, que desculpabilizou a personagem *Capitu*. A escritora ressalta ainda

que “Assim, não seria por acaso que a possibilidade de inocência de *Capitu* tenha demorado tanto tempo para ser descoberta e que fosse justamente uma mulher, em plenos anos de eferescência do feminismo, a responsável por tal feito (GONZAGA, 2015, p.67).”

Com isso, a relação com a segunda onda feminista se concretiza. Filha de seu tempo, Caldwell foi influenciada pelas movimentações sociais e políticas que acercavam e que possibilitaram a escrita da sua análise, desculpabilizando *Capitu*. Os movimentos sociais brasileiros gerados pela segunda onda feminista, além de todas as suas conquistas em âmbito nacional como, por exemplo, a criação de políticas públicas voltadas especialmente para as mulheres, fizeram com que o seu papel na sociedade fosse redefinido. Assim, após a primeira crítica favorável a *Capitu* e as transformações sociais ocorridas no país, novas análises foram geradas e pouco a pouco, a personagem que até então fora considerada adúltera passou a ser considerada uma mulher autônoma e símbolo de independência.

CONSIDERAÇÕES

Por meio deste texto foi possível compreender quais foram as interpretações feitas pela crítica literária entorno da figura da personagem *Capitu* no decorrer do século XX. A sociedade do início do século, com a sua criminalização jurídica ao adultério feminino, o discurso justificando crimes passionais feito por alguns veículos midiáticos e os próprios costumes morais que reservavam a mulher um papel de submissa aos seus pais e, posteriormente, ao seu marido, recebeu personagem *Capitu* e a olhou e julgou de acordo com os princípios morais e sociais de seu tempo, fazendo com que a sua culpa fosse reconhecida.

Ao observar a absolvição adquirida na segunda metade do século XX, nota-se que foi novamente o contexto social que mudou a análise da obra. A influência da segunda onda feminista passa a se tornar evidente, visto que a busca por participação política e por direitos sociais, possibilitou não só a inserção feminina em lugares antes não ocupados, mas também gerou uma reflexão sobre qual o seu papel na sociedade e como o patriarcado moldou a sua imagem e a subjugou.

No Brasil, as mudanças de interpretações de *Capitu* ocorreram por volta da década de 1970 e 80, pois foi neste período em que a segunda onda feminista brasileira, conseguiu transformar significativamente aspectos sociais, como a criação de centro de pesquisas e maior participação política por parte das mulheres, por isso apesar da primeira crítica a favor de *Capitu* ter surgido em 1960, também influenciada pela movimentação feminista nos Estados Unidos, somente quando as transformações da segunda onda atingiram o Brasil e transformaram a sociedade, é que a desculpabilização da personagem foi feita por parte de seus conterrâneos.

Feitas essas considerações, o intuito deste artigo, além de abordar todo o processo acima descrito, foi dar atenção à importância da luta feminina por direitos, mostrando que as conquistas sociais só foram adquiridas por meio da organização e reivindicação por participação política. Só através dessa luta é que se conseguiu garantir socialmente os direitos adquiridos e hoje exercidos, mostrando que é necessário organização civil para a conquista de uma sociedade justa e igualitária para todas as pessoas, independentemente do seu gênero.

REFERÊNCIAS

ARÁUJO, Felipe. *Hippies*. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/cultura/hippies/>>. Acesso

em: 04 set. 201

ASSIS, Machado de. *Correspondências de cartas de Machado de Assis*. Sergio Paulo Rouanet (org). Disponível em: < <http://www.academia.org.br/publicacoes/correspondencia-de-machado-de-assis-tomo-ii-1870-1889>>. Acesso: 04 set. 1016

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 2002

BARBOSA, Eurico. A morte de Euclides da Cunha. *Revista Bula*, São Paulo [online]. Disponível em: < <http://www.revistabula.com/5971-a-morte-de-euclides-da-cunha/>>. Acesso: 20 jul. 2016

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. 2.ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira 1989

BORELLI, Andreia. O adultério e a mulher: considerações sobre a condição feminina no direiro de família. *Caderno Espaço Feminino* (UFU), Uberlandia, v. 11, p. 7-19, 2004.

BRASIL. Decreto nº847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-norma-pe.html>>. Acesso: 1 maio 2016.

CALDWELL, Helen. *O Otelô Brasileiro de Machado de Assis*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CANDIDO, Antonio. “Esquema de Machado de Assis.” In: *Vários Escritos*. São Paulo: Duas cidades, 1995.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 8º ed. São Paulo: Folha, 2000

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos da Lima. *Lavar com Sangue a Honra Ferida: os crimes passionais em Salvador*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2002> Acesso: 20 ago. 2016

COSTA, José R. Neres. As mulheres do naturalismo. *O Estado do Maranhão*, 09 de janeiro de 2002. Opinião. p. 07. Disponível em: < http://www.entrelaces.ufc.br/rev_entr_anoIII_n2.pdf>. Acesso: 01 nov. 2016

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/ed. UNESP, 1997.

D’INCÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo: Contexto/ed. UNESP, 1997

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 287-293, Apr., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2016

DUARTE, Constância Lima. *Literatura Feminina e Crítica Literária*. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/download/.../15769>>. Acesso: 28 ou 2016

FIDELIS, Luciana. *Leituras de Capitu: Novas narrativas, outros olhares*. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103107>>. Último Acesso: 17 abr 2016.z

_____. *Leituras de Capitu: novas narrativas, outros olhares*. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103107>>. Acesso: 10 ago. 2016

FRANCHETTI, Paulo. *No banco dos réus: notas sobre a fortuna crítica recente de Dom Casmurro*. *Estud. av.* [online]. 2009, vol.23, n.65. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142009000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 05 set. 2016

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo: Contexto/ed. UNESP, 1997

GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo - uma interpretação de D. Casmurro* (1984). São Paulo: Companhia das Letras, 1991

GONZAGA, Cláudia Assumpção. *Machados, Casmurros e Capitus*. Disponível em: < http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812815_2012_cap_3.pdf>. Acesso: 23 out. 2016

GUALDA, Linda Catarina. *Representações do Feminino em Dom Casmurro: O Silêncio de Capitu*. Disponível em <<http://www.omarrare.uerj.br/numero9/linda.html>>. Acesso 27 out 2016

_____. *Representações do Feminino em Dom Casmurro: O Silêncio de Capitu*. O Marrare Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da UFRJ - número 9. Disponível em: <<http://www.omarrare.uerj.br/numero9/linda.html>>. Acesso: 02 out. 2016

MAGRI, Marília Valencise. *Mídia e Juridicização do Cotidiano: Por uma arqueogenealogia dos crimes passionais na imprensa brasileira do século XX*. Araraquara, 2013. (Dissertação de Doutorado). Universidade Estadual Paulista

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras* In: NOVAIS, Fernando A. (org.), *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 132-137.

NICHNIG, Cláudia Regina. *Resistência e opressão: a segunda onda do movimento feminista no Brasil e as alterações no direito das mulheres*. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/?p=14735>>. Acesso: 20 set. 2016

OLIVEIRA, Marcia Lisboa Costa de. *Reflexões em torno das relações entre Gênero e Recepção*. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Marcia_Lisboa_Costa_de_Oliveira_32.pdf>. Acesso 24 out. 2016

_____. *Reflexões em torno das relações entre Gênero e Recepção*. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Marcia_Lisboa_Costa_de_Oliveira_32.pdf>. Acesso: 28 set. 2016

OLIVIÉRI, Isabella Fontes. *A Mulher e o Mercado de Trabalho: Considerações acerca do ingresso da mulher no mundo do trabalho, em especial do direito à licença maternidade e a situação da mãe adotiva*. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31164/ISABELLA%20FONTES%20OLIVIERI.pdf?sequence=1>>. Acesso: 04 set 2016

PEDRO, Maria Joana. *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 239-260 - 2003 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16527.pdf>>. Acesso: 22 set. 2016

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1955.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celi Regina. *Feminismo no Brasil: Suas Múltiplas faces*. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=filein_fo&id=46>. Ultimo Acesso: 17 abr 2016.

_____. *Feminismo, História e Poder*. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/31624>>. Ultimo Acesso: 17 abr 2016

PRADA, Cecília. Machado, *O Bruxo do Cosme Velho*. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/4710_MACHADO+O+BRUXO+DE+COSME+VELHO>. Acesso: 30 out. 2016

PUJOL, Alfredo. *Machado de Assis, sua nova estética: Memórias póstumas de Brás Cubas*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=89&sid=242>>. Acesso em: 07 ago. 2016

SANTANA, Lúcia. *Simone de Beauvoir*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/simone-de-beauvoir/>>. Acesso em: 02 set. 2016

SANTOS, Olga de Jesus. *A consagração Literária: O exemplo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, 2006 (Dissertação de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro

SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso: 20 set 2016

SCHWARZ, Roberto. “A poesia envenenada de Dom Casmurro.” In: *Duas Meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Ana Cláudia Salomão da. *Primeiras Recepções Críticas de Dom Casmurro – os iguais se reconhecem*. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/reel/article/viewFile/11086/7745>>. Acesso: 23 jun. 2016

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo: Contexto/ed. UNESP, 1997

SOUZA, Camila Ariane de. *A audácia dessa Mulher: Uma releitura de Capitu do final do século XX*. Disponível em:< <https://dialogosliterarios.files.wordpress.com/2013/12/126.pdf>>. Acesso: 29 out. 2016

WIECHMANN, Natália Helena. *A crítica literária feminista e a autoria feminina*. Disponível em: <<http://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/vocabulo/pdf/natalia.pdf>>. Acesso 29 out.2016

ABSTRACT

The present study aims to denote the social changes\transformations during the 20th century and how they influenced the critical interpretations surrounding the character Capitu, from Dom Casmurro. The research also aims to present the characteristics from the Second-Wave Feminism in Brazil, which occurred between 1970s and 1980s, analyzing how the changes that came with the movement weighed the interpretations made by the literary critics towards the character.

KEYWORDS

Literary criticism, Capitu, Dom Casmurro, Second-wave Feminism.

